

O segundo professor e a aprendizagem de estudantes com Transtorno do Espectro Autista



Daniel de Mouraⁱ

Universidade do Sul de Santa Catarina, Içara, SC, Brasil

Flávia Wagnerⁱⁱ

Universidade do Sul de Santa Catarina, Araranguá, SC, Brasil

Éllen da Silva Rufino dos Reisⁱⁱⁱ

Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, SC, Brasil

Resumo

Este estudo parte da premissa de que o segundo professor contribui significativamente para a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista. O presente artigo procura responder: como é a atuação do segundo professor na promoção da aprendizagem de estudantes com Transtorno do Espectro Autista? Tem como objetivo compreender essa atuação a partir de uma revisão sistemática de literatura fundamentada em estudos que investigam as práticas pedagógicas e a contribuição desse profissional no ensino regular. Foram analisados dissertações e artigos publicados entre 2016 e 2023 nas bases Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Scientific Electronic Library Online e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Os resultados apontam que o segundo professor desempenha papel relevante na mediação da aprendizagem, mas enfrenta desafios como formação inadequada e infraestrutura precária. Conclui-se que é necessário fortalecer a formação docente e as estratégias pedagógicas. As reflexões apoiam-se em Mantoan, Prieto e Arantes (2006), que destacam o apoio pedagógico como essencial à superação de barreiras à participação.

Palavras-chave

professor; educação inclusiva; autismo.

The second teacher and the learning of students with Autism Spectrum Disorder

Abstract

This study is based on the premise that the second teacher significantly contributes to the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder. This article seeks to answer: what is the role of the second teacher in promoting the learning of students with Autism Spectrum Disorder? The aim is to understand this role through a systematic literature review grounded in studies that investigate pedagogical practices and the contribution of this professional in regular education. Dissertations and articles published between 2016 and 2023 were analyzed from the databases Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel, Scientific Electronic Library Online, and Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations. The results indicate that the second teacher plays a relevant role in mediating learning, but faces challenges such as inadequate training and poor infrastructure. It is concluded that it is necessary to strengthen teacher training and pedagogical strategies. The reflections are based on Mantoan, Prieto and

Arantes (2006), who emphasize that pedagogical support is essential to overcoming barriers to participation.

Keywords

teacher; inclusive education; autism.

**El segundo maestro y el aprendizaje de los estudiantes
con Trastorno del Espectro Autista**

Resumen

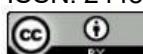
Este estudio parte de la premisa de que el segundo profesor contribuye significativamente a la inclusión de estudiantes con Trastorno del Espectro Autista. El presente artículo busca responder: ¿cómo es la actuación del segundo profesor en la promoción del aprendizaje de estudiantes con Trastorno del Espectro Autista? Su objetivo es comprender esta actuación a partir de una revisión sistemática de la literatura fundamentada en estudios que investigan las prácticas pedagógicas y la contribución de este profesional en la enseñanza regular. Se analizaron disertaciones y artículos publicados entre 2016 y 2023 en las bases de datos de la Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior, Scientific Electronic Library Online y Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones. Los resultados indican que el segundo maestro desempeña un papel relevante en la mediación del aprendizaje, pero enfrenta desafíos como formación inadecuada e infraestructura deficiente. Se concluye que es necesario fortalecer la formación docente y las estrategias pedagógicas. Las reflexiones se basan en Mantoan, Prieto y Arantes (2006), quienes destacan el apoyo pedagógico como esencial para superar las barreras a la participación.

Palabras clave

profesor; educación inclusiva; autismo.

1 Introdução

A inclusão educacional constitui um princípio basilar das sociedades democráticas, visando a garantir a igualdade de oportunidades e a aprendizagem a todos os estudantes, independentemente de suas necessidades específicas. Segundo Mantoan, Prieto e Arantes (2006), incluir significa acolher a diversidade humana como parte do processo educativo, o que exige da escola uma constante revisão de suas práticas pedagógicas, estruturais e culturais. A educação inclusiva reconhece e valoriza a diversidade dos sujeitos, exigindo adaptações nas práticas pedagógicas para assegurar uma participação efetiva e significativa de todos no ambiente escolar. Nesse cenário, as instituições de ensino têm registrado, nos últimos anos, um crescimento expressivo no número de estudantes diagnosticados com Transtorno do Espectro



Autista (TEA). Dados da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, disponibilizados no sistema eletrônico “Educação na Palma da Mão”, indicam que, em 4 de julho de 2022, havia 6.009 estudantes com TEA matriculados na rede estadual de ensino, sendo 2.055 nos anos iniciais e 2.181 nos anos finais do Ensino Fundamental (Santa Catarina, 2022).

Com o objetivo de assegurar o direito desses estudantes à aprendizagem e à inclusão, a Resolução do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC) n.º 100, de 13 de dezembro de 2016, regulamenta a presença do segundo professor no ensino regular no estado de Santa Catarina. Esse profissional deve atuar em parceria com o professor titular, colaborando para a superação das barreiras que surgem ao longo do processo educativo.

De acordo com o artigo 2º da referida Resolução, o segundo professor é disponibilizado nas turmas que contam com alunos que apresentem diagnóstico de deficiência múltipla, comprometimento nas interações sociais, na funcionalidade acadêmica ou deficiência física, sendo considerado um recurso humano fundamental para a efetivação do direito à educação inclusiva (CEE/SC, 2016). Diferente de figuras como o acompanhante terapêutico, o mediador escolar ou o auxiliar de sala, cuja atuação muitas vezes se limita ao apoio comportamental ou funcional, o segundo professor possui atribuições pedagógicas específicas, previstas em normativas educacionais, e integra o processo de ensino-aprendizagem em articulação com o planejamento docente (FCEE, 2021).

Embora a legislação assegure o direito ao atendimento por meio do segundo professor, a efetivação da inclusão escolar, no cotidiano das instituições, ainda encontra diversos entraves. A realidade prática revela uma série de desafios estruturais, pedagógicos e formativos que comprometem a consolidação de práticas inclusivas eficazes. Assim, torna-se imprescindível observar criticamente tais dificuldades, estudá-las e buscar alternativas para superá-las.

A consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva exige mais do que o simples acesso de estudantes com deficiência às salas comuns. Trata-se de promover uma cultura escolar que reconheça e valorize a diferença como princípio educativo, rompendo com a lógica da homogeneização e da adaptação superficial. Essa

perspectiva implica uma mudança profunda no modo como a escola organiza seus tempos, espaços, relações e saberes.

Nesse sentido, pensar a inclusão requer deslocar a centralidade do foco na deficiência para a valorização das singularidades dos sujeitos. Como afirmam Rodrigues e Gai (2016, p. 136), “[...] propomos pensar nas singularidades, nas diferenças. Propomos pensar nas suas relações, nas formas rizomáticas com que pensamento, corpo, sentido, arte, desejo, devires constituem-nos em máquinas”. Essa visão nos convoca a compreender a escola como espaço de criação, onde a aprendizagem acontece na multiplicidade dos encontros e nas possibilidades de reinvenção constante da prática pedagógica.

É nesse contexto que o segundo professor ganha sentido como agente que contribui para a articulação de práticas pedagógicas mais sensíveis às singularidades dos estudantes, especialmente daqueles com TEA. Sua atuação não deve ser vista como suporte técnico individualizado, mas como parte de um processo coletivo e colaborativo de produção de inclusão, que requer formação continuada, escuta qualificada e compromisso com a transformação das práticas educativas.

Enquanto o professor titular é responsável pelo desenvolvimento curricular e pela condução das atividades escolares de toda a turma, o segundo professor tem como missão estabelecer as “pontes” necessárias para favorecer o desenvolvimento integral dos estudantes com TEA, respeitando suas especificidades e promovendo sua autonomia intelectual e social. Segundo Mantoan, Prieto e Arantes (2006), o apoio pedagógico é essencial para enfrentar as barreiras à aprendizagem e à participação, sendo um processo dinâmico que demanda constante reinvenção frente aos novos desafios impostos pela singularidade de cada estudante.

A reflexão crítica sobre o papel do segundo professor deve também considerar os riscos de uma atuação desarticulada, que pode inadvertidamente reforçar práticas segregadoras ou assistencialistas. Nesse sentido, é fundamental que sua presença esteja integrada a um projeto pedagógico coletivo, construído com base na corresponsabilidade e na formação continuada dos profissionais da escola, conforme defende Mantoan, Prieto e Arantes (2006), ao afirmarem que a inclusão escolar implica a

transformação da cultura, das práticas e das políticas institucionais, em direção à construção de uma escola para todos.

Nessa perspectiva, torna-se necessário direcionar um olhar atento às práticas pedagógicas voltadas ao atendimento dos estudantes com TEA, analisando criticamente como elas se configuram nas escolas. Com esse propósito, este artigo tem como objetivo compreender a atuação do segundo professor na promoção da aprendizagem dos discentes com TEA, a partir da realização de uma revisão sistemática de literatura fundamentada em estudos acadêmicos que investigam as práticas pedagógicas e a contribuição desse profissional para o processo educativo inclusivo.

2 Metodologia

A revisão sistemática realizada neste estudo teve como ponto de partida a definição de uma questão clara e objetiva, conforme orientam Gomes e Caminha (2013). Assim, buscou-se responder à seguinte pergunta: como é a atuação do segundo professor na promoção da aprendizagem dos estudantes com TEA?

Para aprofundar a investigação, desdobraram-se questões complementares, como:

- Qual o papel do segundo professor no contexto da educação inclusiva para estudantes com TEA?
- De que maneira a atuação do segundo professor contribui para a superação de obstáculos e a promoção da autonomia desses estudantes?
- As políticas educacionais contemplam suficientemente as necessidades desses estudantes ou há espaço para aprimoramentos?
- Como a atuação do segundo professor impacta diretamente o processo de aprendizagem dos alunos com TEA?

A área da educação no Brasil tem sido cenário de expressivo desenvolvimento de pesquisas, dissertações e teses, particularmente no que tange à atuação do segundo professor no processo de escolarização de estudantes com TEA. Esse tema tem recebido crescente atenção acadêmica, à medida que as práticas inclusivas ganham centralidade no debate educacional contemporâneo (Oliveira; Leite, 2022).



A literatura aponta que a interação entre o segundo professor e o estudante com TEA é fator crucial para o sucesso da inclusão escolar. Estratégias como a promoção de uma comunicação clara, a organização de rotinas previsíveis e o apoio individualizado são consideradas essenciais para o progresso acadêmico desses alunos. Além disso, a atuação do segundo professor contribui significativamente para a adaptação das atividades curriculares, o uso de recursos visuais e a criação de ambientes mais acolhedores e inclusivos, favorecendo a participação ativa dos discentes no cotidiano escolar (Weizenmann; Pezzi; Zanon, 2020).

Com base nesse contexto, iniciou-se o processo de seleção de estudos que abordassem especificamente a atuação do segundo professor na promoção da aprendizagem de estudantes com TEA. Como critérios de inclusão, foram consideradas produções acadêmicas da área da Educação, publicadas em língua portuguesa, no intervalo temporal de 2016 a 2023. Essa delimitação temporal visou a garantir a atualidade e a pertinência das fontes analisadas, enquanto o recorte linguístico assegurou a acessibilidade dos conteúdos à realidade brasileira.

O levantamento dos materiais foi realizado no mês de agosto de 2023, a partir da definição dos descritores e critérios de seleção. Esse recorte metodológico permitiu organizar o processo de busca e assegurar a reproduzibilidade da seleção de estudos.

A pesquisa foi realizada a partir da consulta às seguintes bases de dados:

- Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).
- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).
- Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Para a operacionalização das buscas, foram utilizados os descritores: “autismo” AND/OR “segundo professor” AND/OR “aprendizagem”. A escolha desses termos baseou-se em sua relevância e capacidade de abranger os principais aspectos relacionados ao objeto de estudo. Adicionalmente, optou-se por restringir a seleção às produções em português com o intuito de facilitar a compreensão dos resultados e favorecer sua aplicação prática no contexto educacional brasileiro.

A revisão sistemática, enquanto tipo de revisão que adota métodos rigorosos e critérios previamente definidos, visa a identificar, selecionar, avaliar e sintetizar os resultados



de pesquisas relevantes sobre o tema específico, com vistas a fornecer uma compreensão ampla sobre o estado atual do conhecimento (Botelho; Cunha; Macedo, 2011). Esse tipo de revisão busca minimizar vieses por meio de procedimentos claros e replicáveis.

Após a coleta dos materiais, procedeu-se à etapa de leitura e análise crítica dos artigos e dissertações selecionados. Essa fase visou a extrair informações relevantes para responder à questão de pesquisa, bem como compreender de maneira aprofundada a atuação do segundo professor na promoção da aprendizagem dos estudantes com TEA.

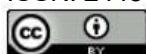
Cada trabalho foi avaliado de maneira criteriosa, considerando aspectos como a metodologia empregada, os resultados obtidos e as conclusões apresentadas pelos autores. Essa abordagem buscou não apenas identificar boas práticas e desafios recorrentes, mas também aferir a consistência e a qualidade científica das pesquisas analisadas.

Para organizar os dados extraídos, foram elaborados quadros de análise que sintetizam as informações centrais de cada estudo, como objetivos, contribuições, desafios e conclusões. Os Quadros 2 e 4 constituíram-se como ferramentas importantes na sistematização e aprofundamento dos achados, permitindo uma visão comparativa entre os estudos e favorecendo uma análise densa e crítica dos dados.

O processo de leitura e análise das produções acadêmicas permitiu a construção de um panorama comprehensivo e fundamentado sobre a atuação do segundo professor no contexto da educação inclusiva brasileira, contribuindo para o fortalecimento do debate e para a proposição de práticas pedagógicas mais efetivas no atendimento aos estudantes com TEA.

3 Resultados e discussão

Inicialmente, foram identificadas 286 produções acadêmicas relacionadas ao tema. Após a aplicação de um filtro temático específico para a área da Educação, esse número foi reduzido para 28 produções. A utilização de filtros de exclusão é fundamental para garantir a integridade e a relevância dos resultados da revisão sistemática, assegurando que apenas os estudos mais pertinentes sejam analisados em profundidade. Após uma leitura criteriosa dos resumos e títulos, foram selecionadas apenas cinco produções que atenderam plenamente aos critérios de inclusão estabelecidos.



Quadro 1 – Artigos e dissertações selecionadas

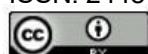
Nº	Título	Autor	Programa e instituição	Palavras-chave	Fonte	Ano
1	Representação social dos professores de aluno com autismo sobre os processos de ensino e aprendizagem	Claudia Elci Bervig Lemos	Universidade do Noroeste do Estado do RS – Educação nas Ciências	Educação inclusiva; autismo; inclusão	BDTD	2016
2	Desenvolvimento e aprendizagem de alunos com autismo em sala	Monalisa de Oliveira Miranda Redmerski	Universidade Católica de Brasília – Educação	Aprendizagem; desenvolvimento; autismo; percepção docente; percepção discente	BDTD	2018
3	Concepção de professores sobre a inclusão do aluno com autismo: uma pesquisa bibliográfica	Fernanda Delai Lucas Adurens e Camila Mugnai Vieira	Universidade Estadual Paulista (Unesp)	Docentes; educação especial; transtorno autístico; inclusão escolar	SciELO	2018
4	O papel do segundo professor nos processos de ensino e aprendizagem de alunos inclusos	Juliana Ampese Lazzarotti Dias	Universidade do Oeste de SC – Educação	Segundo professor; inclusão escolar; ensino e aprendizagem	Capes	2019
5	Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores	Síglia Pimentel Höher Camargo et al.	Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – Educação	Inclusão; autismo; formação continuada de professores	SciELO	2020

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Não foram localizadas teses de doutorado que atendessem aos descritores estabelecidos nesta revisão. Sendo assim, a análise concentrou-se em três dissertações de mestrado e dois artigos científicos. É relevante destacar que essas produções foram elaboradas em diferentes regiões do Brasil: três na região Sul, uma na região Sudeste e uma na região Centro-Oeste.

Entre as palavras-chave mais recorrentes identificadas nos estudos, destacam-se os temas: *aprendizagem, autismo, segundo professor, inclusão, processo de ensino, estratégias pedagógicas, educação especial e professor*. Os termos “autismo” e “inclusão” apareceram em três estudos, seguidos por “aprendizagem” e “segundo professor”, que foram mencionados em duas produções cada. Termos como “classe comum” e “percepção” também se destacaram, ainda que de forma menos frequente.

A primeira dissertação analisada, de autoria de *Claudia Elci Bervig Lemos* (2016), intitulada *representação social dos professores de aluno com autismo sobre os*



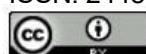
processos de ensino e aprendizagem, adotou uma abordagem qualitativa por meio de estudo de caso. Realizada em uma escola particular de nível fundamental no município de Santa Rosa, Rio Grande do Sul, a pesquisa envolveu professores, diretores, coordenadores e alunos do terceiro ano do Ensino Fundamental, que incluía um estudante diagnosticado com TEA. A coleta de dados ocorreu por meio de observações de aulas, gravadas e transcritas para posterior análise.

O estudo teve como objetivo investigar os processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos pelos professores que atuavam com uma turma composta por um aluno com autismo. Buscou-se compreender de que maneira esses processos impactavam a aquisição de conceitos científicos escolares e o desenvolvimento do aluno. Os resultados apontaram a falta de preparo dos docentes para lidarem com estudantes com TEA, evidenciando a necessidade de formação continuada específica e de suporte institucional. Essa carência de formação foi reforçada pelos dados do Censo Escolar da Educação Básica (Brasil, 2023), que mostram que apenas 40,5% dos professores participam de programas de formação continuada, índice ainda distante da meta de 50% prevista no Plano Nacional de Educação.

A segunda dissertação, elaborada por *Monalisa de Oliveira Miranda Redmerski* (2018), intitulada *Desenvolvimento e aprendizagem de alunos com autismo em sala*, também utilizou uma abordagem qualitativa, analisando estudos de casos múltiplos. A coleta de dados envolveu observações, entrevistas e análise documental em turmas do Ensino Fundamental.

Os resultados evidenciaram que os docentes utilizavam diversas estratégias para acompanhar o desenvolvimento dos estudantes com TEA, como atividades adaptadas, observações sistemáticas, avaliações diferenciadas, expressão oral e análise de comportamentos. A pesquisa, contudo, revelou que a aplicação dessas estratégias nem sempre ocorria de forma organizada e contínua, o que prejudicava o acompanhamento efetivo do progresso dos alunos.

Um dos achados mais relevantes foi a importância do vínculo afetivo entre professores e estudantes, apontado pelos próprios alunos como fator motivador para o engajamento escolar. A autora destaca a necessidade de reconhecer as especificidades de cada estudante, valorizando sua individualidade no processo de aprendizagem, em consonância com as perspectivas defendidas por Carvalho (2014) e Freire (1996). Esses



autores ressaltam a centralidade da afetividade no processo educacional, sem que isso comprometa a integridade e o rigor da formação acadêmica.

Em síntese, a pesquisa de Redmerski (2018) reforça a necessidade de práticas pedagógicas que priorizem a escuta ativa dos discentes, a adaptação curricular e o fortalecimento dos vínculos socioafetivos, como estratégias fundamentais para a efetivação da inclusão escolar de alunos com TEA.

O artigo 3, de autoria conjunta de *Fernanda Delai Lucas Adurens e Camila Mugnai Vieira* (2018), apresenta uma pesquisa bibliográfica que analisa as concepções de professores acerca da inclusão escolar de estudantes com TEA. A metodologia adotada consistiu em uma revisão da literatura, com o objetivo de responder à questão norteadora: “Quais são as concepções dos professores acerca da inclusão de estudantes com autismo?”.

A busca dos estudos foi realizada na *Biblioteca Virtual em Saúde* (BVS) e na *SciELO*, utilizando termos relacionados ao tema e aplicando critérios de inclusão como: artigos em língua portuguesa, acesso gratuito e publicação nos últimos dez anos.

Os resultados indicaram diversas dificuldades enfrentadas pelos docentes no processo de inclusão de alunos com autismo, tais como a carência de formação específica, a escassez de materiais didáticos adequados, a ausência de apoio multiprofissional e a necessidade de maior interação com as famílias. A pesquisa também ressaltou a importância da atuação do segundo professor, evidenciando que a mediação de um adulto, aliada a um contexto interativo, influencia positivamente o comportamento dos estudantes com TEA. A presença do mediador favoreceu a manifestação de comportamentos mais proativos, como iniciativa nas ações, sorrisos e olhares direcionados (Adurens; Vieira, 2018).

Em síntese, o estudo destaca a necessidade de investimentos em formação inicial e continuada dos professores, além de suporte multiprofissional e recursos especializados. A capacitação docente, segundo os autores, é fundamental para o êxito das políticas de inclusão escolar.

A dissertação 4, desenvolvida por *Juliana Ampese Lazzarotti Dias* (2019), investigou *O papel do segundo professor nos processos de ensino e aprendizagem de alunos inclusos*. Por meio de uma abordagem qualitativa e da aplicação de um

questionário exploratório, a autora analisou as percepções e práticas dos segundos professores atuantes na educação inclusiva.

Os resultados apontaram que os segundos professores reconhecem a relevância da inclusão escolar e a importância da colaboração com os professores titulares. No entanto, foram relatadas dificuldades na articulação pedagógica e desafios relacionados à infraestrutura escolar, especialmente no que diz respeito às adaptações necessárias para atender adequadamente aos alunos com necessidades educacionais especiais (Dias, 2019).

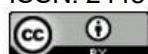
A pesquisa evidenciou ainda a lacuna existente na formação inicial e continuada desses profissionais, sugerindo a urgência de políticas públicas voltadas à qualificação docente para a educação inclusiva. Medidas como refletir sobre práticas pedagógicas, implementar planejamento colaborativo e promover melhorias na estrutura física das escolas foram apontadas como imprescindíveis para a consolidação de uma inclusão escolar efetiva.

Outro aspecto enfatizado pela autora foi a necessidade de respeitar as diferentes condições cognitivas, físicas e sociais dos estudantes, compreendendo a inclusão como direito fundamental e princípio basilar de uma educação de qualidade, em consonância com a Declaração de Salamanca (1994).

O artigo 5, intitulado *Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores*, de autoria de Síglia Pimentel Höher Camargo, Gabrielle Lenz da Silva, Renata Oliveira Crespo, Calleb Rangel de Oliveira e Suelen Lessa Magalhães (2020), investigou, de forma exploratória, as principais dificuldades e barreiras enfrentadas por professores no atendimento de crianças com TEA em escolas regulares.

A metodologia adotada foi qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas que abordaram dados pessoais, formação acadêmica, experiência com estudantes autistas, dificuldades pedagógicas e estratégias de ensino utilizadas.

Os resultados destacaram a importância da formação continuada, apontando que muitos professores sentem-se despreparados para atender às demandas específicas dos alunos com TEA. A falta de capacitação adequada e de recursos pedagógicos específicos dificulta a promoção de uma aprendizagem significativa e



inclusiva. Assim, o estudo recomenda o investimento em programas de formação continuada focados nas necessidades reais dos professores, a fim de garantir condições favoráveis à aprendizagem e ao desenvolvimento dos estudantes autistas.

Conforme os autores, a formação continuada, quando direcionada e contextualizada, torna-se elemento crucial para a efetivação da inclusão escolar, contribuindo para a superação dos desafios enfrentados pelos educadores no cotidiano das escolas (Camargo *et al.*, 2020).

Com o objetivo de organizar de maneira sistemática as informações extraídas dos estudos selecionados, elaborou-se o Quadro 2, no qual se sintetizam as principais categorias de análise: público-alvo, campo de estudo, ano de publicação, tipo de pesquisa, metodologia de coleta e análise de dados, conceitos-chave e problemas de pesquisa abordados.

Quadro 2 – Categorias de análise das produções (2016-2023)

Categorias de Análise	1	2	3	4	5
Público-alvo	Professores	Professores	Professores	Professores	Professores
Campo de estudo	Educação especial	Educação inclusiva	Educação especial	Educação inclusiva	Educação inclusiva
Ano	2016	2018	2018	2019	2020
Tipo de pesquisa	Qualitativa	Qualitativa	Revisão de literatura	Qualitativa	Qualitativa
Coleta de dados	Observações, entrevistas e análise documental	Observações e entrevistas	Pesquisa bibliográfica	Questionário exploratório	Entrevistas semiestruturadas
Tipo de análise	Interpretativa	Interpretativa	Exploratória	Interpretativa	Exploratória
Conceitos-chave	Formação de professores; autismo; inclusão escolar; ensino e aprendizagem	Desenvolvimento; autismo; aprendizagem; percepção	Concepções docentes; educação inclusiva; autismo	Segundo professor; educação inclusiva; formação continuada	Educação inclusiva; autismo; formação continuada; barreiras
Problema de pesquisa	Análise dos processos de ensino e aprendizagem de alunos com autismo	Estratégias docentes no acompanhamento de alunos com TEA	Concepções docentes sobre a inclusão de estudantes com TEA	Desafios e práticas do segundo professor na inclusão escolar	Dificuldades e barreiras enfrentadas por professores de alunos com TEA

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).



A análise das produções selecionadas revela convergências importantes, especialmente no que diz respeito à carência de formação continuada dos professores e à fragilidade das condições institucionais para a efetivação da inclusão. Em todos os estudos analisados, a formação docente aparece como um elemento recorrente – ora como desafio, ora como recomendação –, reforçando a ideia de que o preparo técnico e pedagógico ainda está aquém das exigências da prática inclusiva.

Outro aspecto comum entre as produções refere-se à valorização do vínculo afetivo e da escuta ativa como estratégias pedagógicas eficazes no trabalho com estudantes com TEA. Conforme destacaram Lemos (2016) e Redmerski (2018), a personalização das práticas e o respeito às singularidades dos alunos são fatores decisivos para o sucesso escolar desses sujeitos.

Embora cada estudo utilize metodologias distintas, observa-se uma coerência entre os achados no que tange à percepção docente sobre o papel do segundo professor. Em especial, os dados de Dias (2019) e Adurens e Vieira (2018) apontam que a atuação colaborativa e o apoio direto à aprendizagem contribuem para minimizar barreiras pedagógicas, ainda que muitos profissionais relatem limitações quanto à articulação com o professor titular ou falta de clareza sobre suas atribuições.

Em termos de lacunas, nota-se a ausência de estudos que contemplem a perspectiva dos próprios estudantes com TEA, o que indica uma oportunidade para investigações futuras. Além disso, apenas uma das produções analisadas trata diretamente do segundo professor como figura institucionalizada – o que demonstra a necessidade de ampliar o debate sobre sua identidade profissional, formação específica e reconhecimento dentro das políticas públicas.

Os achados desta revisão sistemática, portanto, permitem afirmar que, embora haja iniciativas positivas na prática inclusiva, ainda persistem desafios estruturais e formativos que comprometem a consolidação da figura do segundo professor como agente efetivo da inclusão escolar.

5 Considerações finais

Os estudos revisados evidenciaram o impacto significativo da presença e atuação do segundo professor no desenvolvimento global de estudantes com TEA. Verificou-se

que a interação direta entre esse profissional e os estudantes desempenha um papel central na promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva. Compete ao segundo professor a responsabilidade de conceber estratégias pedagógicas personalizadas, adaptar o currículo e fomentar ambientes inclusivos, elementos fundamentais para estimular a participação ativa e o progresso acadêmico desses estudantes.

A atuação do segundo professor, portanto, transcende o apoio ao processo de aprendizagem: ela é essencial para a superação de barreiras, para a promoção da autonomia e para o reconhecimento das habilidades individuais dos estudantes com TEA, contribuindo para a construção de trajetórias escolares mais equitativas e significativas.

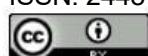
Embora os avanços nas pesquisas em educação inclusiva no Brasil tenham ampliado a compreensão acerca das práticas pedagógicas voltadas ao público com necessidades específicas, os estudos analisados ressaltam a necessidade contínua de investimentos na formação inicial e continuada dos docentes, na implementação de políticas educacionais robustas e na oferta de recursos pedagógicos adequados. Tais ações são indispensáveis para garantir uma educação de qualidade para todos, independentemente de suas condições particulares.

Assim, esta revisão sistemática trouxe contribuições relevantes para o campo da educação inclusiva, ao evidenciar a importância do segundo professor na promoção da aprendizagem de estudantes com TEA. Também apontou direções valiosas para futuras pesquisas, especialmente no que tange ao aprimoramento das práticas pedagógicas e ao fortalecimento da inclusão escolar, reafirmando a necessidade de compromissos efetivos para a construção de uma escola verdadeiramente para todos.

6 Referências

ADURENS, F. D. L.; VIEIRA, C. M. Concepção de professores sobre a inclusão do aluno com autismo: uma pesquisa bibliográfica. *Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 94-124, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/cadernosdisturbios.v18n2p94-124>. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151903072018000200007&lq=pt&nrm=iso. Acesso em: 1º fev. 2025.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Revista Eletrônica de Administração*, Porto Alegre, v. 17,



n. 1, p. 1-16, 2011. Disponível em:

<https://pdfs.semanticscholar.org/b99b/4f7d8cb581a59f92915a0c64430d43dc65b0.pdf>

Acesso em: 1º fev. 2025.

BRASIL. *Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico*. Brasília, DF: INEP, 2023.

CAMARGO, S. P. H.; SILVA, G. L.; CRESPO, R. O.; OLIVEIRA, C. R.; MAGALHÃES, S. L. Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 36, e214220, 2020. Doi: <https://doi.org/10.1590/0102-4698214220>.

CARVALHO, A. M. F. Inclusão escolar: o que é? O que significa?. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 27, n. 48, p. 9-16, 2014.

CEE/SC. Resolução CEE/SC nº 100, de 13 de dezembro de 2016. Estabelece normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina. Florianópolis, 2016. *Diário Oficial do Estado*, Florianópolis, 13 dez. 2016.

DIAS, J. A. L. *O papel do segundo professor nos processos de ensino e aprendizagem de alunos inclusos*. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2019.

FCEE. *Diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na rede regular de ensino de Santa Catarina*. São José: FCEE, 2021. Disponível em:
<https://www.fcee.sc.gov.br/informacoes/biblioteca-virtual/publicacoes-da-fcee>. Acesso em: 2 ago. 2025.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, I. S.; CAMINHA, I. O. Guia para estudos de revisão sistemática: uma opção metodológica para as Ciências do Movimento Humano. *Movimento*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 395-411, 2013. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.41542>

LEMOS, C. E. B. *Representação social dos professores de aluno com autismo sobre os processos de ensino e aprendizagem*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2016.

MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. E.; ARANTES, V. A. *Inclusão escolar*. 7. ed. São Paulo: Summus, 2006.



OLIVEIRA, A. C. S.; LEITE, D. S. Inclusão de estudantes com transtorno de espectro de autismo em educação mais alta: uma revisão integrativa. *SciELO Preprints*, [S. I.], 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.44>.

REDMERSKI, M. O. M. *Desenvolvimento e aprendizagem de alunos com autismo em sala de aula*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2018.

RODRIGUES, E.; GAI, D. N. Atendimento educacional especializado e atelier pedagógico (entre deficiência potencial e arte potencial). *Educação & Formação*, Fortaleza, v. 1, n. 3, p. 125-139, 2016. DOI: <https://doi.org/10.25053/edufor.v1i3.1620>. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/117>. Acesso em: 21 maio 2025.

SANTA CATARINA. *Educação na Palma da Mão: Educação Especial: Rede Estadual de Ensino. Autismo*. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2022. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiOTE3YjBjMGItNTAwZS00MTFhLWI4ZTUtZmJiMGFmMDFIZWY3IwidCI6ImExN2QwM2ZjLTrjYWMtNGI2OC1iZDY4LWUzOTYzYTJiYzRiNiJ9>. Acesso em: 4 jan. 2025.

SAVIANI, D. *Escola e democracia*. Campinas: Autores Associados, 2008.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília, DF: Corde, 1994.

WEIZENMANN, L. S.; PEZZI, F. A. S.; ZANON, R. B. Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 24, e217841, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-35392020217841>.

Daniel de Moura, Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul)

iID <https://orcid.org/0009-0007-2682-5990>

Doutorando e mestre em Educação pela Unisul, campus Tubarão. Técnico-pedagógico na Coordenadoria Regional de Educação de Santa Catarina.

Contribuição de autoria: Administração do projeto, análise formal, conceituação, curadoria de dados, escrita – primeira redação e escrita –, revisão, edição, investigação, metodologia.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0297608484706186>

E-mail: danielmoura@sed.sc.gov.br

Flávia Wagner, Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul)

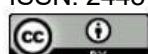
iiID <https://orcid.org/0000-0002-5805-3565>

Doutora em Educação pela Universidade de Lisboa. Professora da Unisul, campus Tubarão.

Contribuição de autoria: Escrita – revisão e edição –, supervisão, validação e visualização.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9203325213018061>

E-mail: flavia.wagner@animaeducacao.com.br



Éllen da Silva Rufino dos Reis, Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul)

iii  <https://orcid.org/0000-0002-7403-0267>

Doutoranda e mestra em Educação pela Unisul. Assistente de Educação na Escola de Ensino Básico Castro Alves (Araranguá/SC).

Contribuição de autoria: Escrita – revisão e edição –, supervisão, validação e visualização.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4987297162735620>

E-mail: ellen_rufino@yahoo.com.br

Editora responsável: Lia Machado Fiuza Fialho

Pareceristas ad hoc: Katia Moura Evencio e Ana Paula Lima Barbosa

Como citar este artigo (ABNT):

MOURA, Daniel de; WAGNER, Flávia; REIS, Éllen da Silva Rufino dos. O segundo professor e a aprendizagem de estudantes com Transtorno do Espectro Autista.

Educação & Formação, Fortaleza, v. 10, e15476, 2025. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/e15476>



Recebido em 26 de março de 2025.

Aceito em 28 de maio de 2025.

Publicado em 20 de agosto de 2025.